

OS DESAFIOS DAS CIDADES EM TEMPOS DE ESCASSEZ DE RECURSOS E PANDEMIA: UMA BREVE REFLEXÃO!

Nilzo Ivo Ladwig

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/intcov29>

As urbes devem exercitar o conceito de direito à cidade que compreende o direito de dizer em que lugar queremos viver, o direito de mudar, reinventar e transformar o espaço de acordo com os nossos desejos construídos coletivamente. Portanto, teremos que trabalhar uma reforma urbana que tenha como princípios a produção de conhecimento, o exercício pleno da democracia, o posicionamento jurídico democrático, os processos de planejamento e gestão urbana sustentáveis, a implementação de políticas urbanas participativas e compartilhadas e, por último, o princípio de fomentar a descentralização do poder. Esse é o caminho para cidades mais humanas.

O poder público municipal deverá conduzir o planejamento urbano tentando conceber o espaço social como um campo privilegiado para as interações sociais. Apenas por meio dessas interações é que a cidade vai se tornar mais humana e menos hostil. As cidades precisam cuidar das pessoas e, nesse quesito, entra o conceito de urbanidade ligado à civilidade, ao coletivo, ao acordo comum de convivência, ao respeito ao espaço público, ao comportamento de cordialidade, tolerância e solidariedade, o respeito às leis que regem o espaço urbano e, talvez o mais importante, o sentimento de pertença, que leva ao interesse e à proteção da cidade.

As cidades precisam estabelecer metas coletivas para as quais a sociedade possa caminhar. O primeiro passo é fortalecer um processo político por meio do qual as metas serão determinadas e operacionalizadas. Isso depende, em grande parte do estabelecimento de um programa de desenvolvimento municipal. O poder público deve orientar as pessoas para o estabelecimento das metas de isolamento setorizados por unidade de bairro, fortalecendo o sentimento de pertença do lugar, exigido neste momento de pandemia.

As pessoas estão desorientadas, sem representação social, o que gera comportamentos desarticulados e agressivos, no contexto da situação que estamos enfrentando. Os prefeitos, vereadores e representantes comunitários devem tentar trabalhar de forma articulada e identificar as fragilidades do território municipal que merecem atenção. Inúmeras situações de vulnerabilidade social apareceram nesse período de pandemia, que anteriormente, “passavam despercebidas”. Parcerias devem ser fortalecidas em se tratando de estratégias de enfrentamento à covid-19.

Parcerias somente se concretizam se houver comprometimento político e hombridade nos compromissos assumidos diante da sociedade. As cidades pós-pandemia precisam se tornar autossuficientes, com menos deslocamento para chegar ao trabalho, às escolas, portanto novas formas de transporte devem ser fomentadas, dentre outras exigências. Como fazer? É recomendável que o poder público se aproxime das universidades, pois o ensino, a pesquisa e a extensão produzem conhecimentos e poderão contribuir no exercício do direito à cidade, diante das mudanças sociais e estruturais que estão ocorrendo e ocorrerão na sociedade.